

Sustentabilidade Empresarial: a contribuição da fumicultura e da Souza Cruz no desenvolvimento social e ambiental da Região Sul

| | | | | |
|---|------------------------------------|---|---------------------------------|--|
| Geraldino Carneiro de Araújo ¹ | Miriam Pinheiro Bueno ¹ | Adriana Alvarenga de Sousa ¹ | Mauro Caetano ¹ | Paulo S. Miranda Mendonça ^{1,2} |
| geraldino.araujo@gmail.com | buenomiriam@gmail.com | drikaalvarenga@yahoo.com.br | destraplanejamento@yahoo.com.br | paulomir@nin.ufms.br |

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Departamento de Economia e Administração, Mestrado em Agronegócio - Campo Grande, MS, Brasil

RESUMO

A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos, contudo as pressões sociais e restrições impostas fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem social. Neste sentido, muito tem sido feito para a sustentabilidade do setor produtivo, emergindo o conceito de sustentabilidade empresarial. O objetivo deste artigo é apresentar a sustentabilidade empresarial promovida pela Souza Cruz a partir da fumicultura no desenvolvimento sócio-ambiental da Região Sul do país. Adotou-se a abordagem qualitativa, com a realização da pesquisa documental, método exploratório e descritivo. Os documentos fornecidos pela Souza Cruz, Instituto Souza Cruz, AFUBRA, SINDIFUMO, e artigos científicos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. O resultado do trabalho mostrou que a Souza Cruz busca promover a sustentabilidade empresarial e o desenvolvimento do público externo, para ter resultados internamente em um segundo plano.

Palavras chave: Sustentabilidade Empresarial, Programas, Fumicultura.

1. INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos advindos após a revolução industrial e o crescente aumento da população a atividade humana passou a causar mais impacto negativo ao meio ambiente, e o que durante muito tempo foi visto como fonte inexaurível de recursos disponíveis para servir às necessidades do homem agora passa a ser uma inquietação, porquanto os recursos são limitados. O ciclo produtivo da sociedade capitalista extrai do meio ambiente os insumos necessários para a produção de alimentos e bens de consumo, entretanto, o processo produtivo retorna resíduos sólidos, efluentes líquidos e emite gases nocivos e poluentes em grandes quantidades, acarretando poluição ambiental e esgotamento dos recursos naturais. Outra preocupação que emerge é que uma volumosa camada da população mundial que sofre com a pobreza, fome e exclusão social. As empresas procuram resultados financeiros, ampliação de fatias de mercado e sobrevivência e manutenção de sua competitividade. A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos.

Diante deste panorama as empresas passam a se reestruturar para se adequarem a esta nova percepção. As pressões sociais e restrições impostas fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem frente a sua responsabilidade social. Neste sentido, muito tem sido feito para a sustentabilidade do setor produtivo (CORAL, 2002). O desenvolvimento sustentável deixa de ser apenas uma obrigação da administração pública para também ser tratado pelas organizações privadas, emergindo o conceito de sustentabilidade empresarial. O objetivo deste artigo é apresentar a

sustentabilidade empresarial promovida pela Souza Cruz a partir da fumicultura para o desenvolvimento sócio-ambiental da Região Sul do país. Parte-se de uma evolução histórica sobre os conceitos e definições do desenvolvimento sustentável para então se definir sustentabilidade empresarial e apresentar os indicadores sustentáveis promovidos pela organização. Para tanto escolheu-se partir da produção fumageira (uma das que mais cresce na região) para então tratar da sustentabilidade empresarial da Souza Cruz, enfocando os aspectos externos a organização.

2. CONCEITOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DS

Conforme o documento *Nosso Futuro Comum* (Relatório de Brundtland), desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1991, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas necessidades. Para o desenvolvimento sustentável, Philippi (2001) levanta dois pontos-chaves: o conceito das necessidades faz com que as necessidades dos pobres recebam maior prioridade, e a noção dos limites que existem da tecnologia e da organização social imposta ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Ou seja, se por um lado o desenvolvimento sustentável tenta priorizar os mais pobres, por outro lado há limites ao que diz respeito ao meio ambiente, o que faz com que as necessidades não sejam supridas. É o que se pode perceber sob a visão econômica, que é a de atender demandas e não as necessidades, fazendo surgir o caráter frágil do conceito.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (PHILIPPI, 2001, p. 304).

No conceito de desenvolvimento sustentável parecem caber diversos significados, pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias românticas; tudo nele parece pertencer. O que abrange ainda a satisfação das necessidades do presente, o atendimento das necessidades dos pobres e manutenção da capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades. O crescimento global é o grande desafio para se construir um desenvolvimento sustentável, que valorize os recursos naturais e humanos, visando a melhoria da qualidade e a edificação de uma sociedade sustentável capaz de superar os problemas atuais e utilizar as potencialidades existentes no país.

O conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável apóia-se na integração de questões sociais, ambientais e econômicas, constituindo o tripé conhecido como *triple-bottom line*. Para Carvalho e Viana (1998) o desenvolvimento sustentável apresenta três grandes dimensões principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, em outras palavras o desenvolvimento sustentável equilibra as dimensões econômica, social e ambiental (*triple-bottom line*).

Os autores afirmam que o estabelecimento de uma civilização na qual ocorra uma distribuição mais equitativa das riquezas é o principal objetivo da sustentabilidade social. Uma melhor alocação dos recursos e uma melhor gestão possibilitariam a sustentabilidade econômica. O equilíbrio social é visto como medida da eficiência econômica, e não a lucratividade empresarial. A sustentabilidade ambiental seria alavancada pela limitação no uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, pela limitação no consumo,

pela geração de tecnologias limpas, além da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental.

Há uma inequívoca sinalização, para políticos, empresários, profissionais, ativistas e para a população em geral, de que só haverá desenvolvimentos sólidos, permanentes e sustentáveis se os três pilares puderem ser articulados, tornando-se interdependentes. Superar a velha tradição do trabalho isolado, por segmentos, certamente não é tarefa das mais fáceis. Afinal, enquanto proliferam especialistas em meio ambiente formando um campo próprio de interesses, ecologistas de variados matizes esforçaram-se por criar uma não muito nítida onda verde de proteção, economistas continuaram ditando as cartas na política como se tudo dependesse do PIB e da taxa de inflação e defensores do social permaneceram restritos a suas especialidades (saúde, educação, nutrição, previdência, etc.). Avançamos bastante nas áreas específicas, mas pouco fizemos para que elas se tornassem mais solidárias. É freqüente ver os especialistas acusando-se mutuamente, quando deveriam concentrar seus esforços no encontro e no estímulo de ponto que possam levar a um relacionamento crescente (ASSAD; ALMEIDA, 2002, p 64).

As suas dimensões vêm sendo ampliadas, tendo sido propostas, recentemente, oito delas. A harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos (aos quais se associam cultural, ecológico, territorial, político nacional e internacional) é postulada pelo ecodesenvolvimento e referenciada por Sachs (2000).

3. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Primeiramente é preciso expor que hoje há uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, apresentam-se a seguir as duas visões: 1) Quando se menciona desenvolvimento sustentável, uma vez que muitos utilizam o termo para designar a expectativa de que o país entre numa fase de crescimento que se mantenha ao longo do tempo, faz com que tal forma de desenvolvimento pressuponha a expansão econômica permanente, gerando melhoria nos indicadores sociais, além da preservação ambiental (ALTENFELDER, 2004). 2) Sustentabilidade é a capacidade de se auto-sustentar, de se auto-manter. Uma atividade sustentável qualquer é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (PHILIPPI, 2001).

Apesar de apresentarem similaridades torna-se comum relacionar desenvolvimento sustentável a políticas públicas e sustentabilidade as demais ações. A partir desta explanação o termo a ser utilizado neste trabalho será sustentabilidade, pois relaciona o termo com as empresas e organizações. Na área empresarial a preocupação com a sustentabilidade tem se generalizado, e um grupo mais envolvido com esta inquietação criou uma entidade voltada a sustentabilidade empresarial, ligada ao movimento internacional de empresários com este foco (ALTENFELDER, 2004).

O objetivo fundamental de qualquer organização é obter o maior retorno possível sobre o capital investido. Para tanto, utiliza-se de ferramentas disponíveis para estar à frente dos concorrentes, obtendo maiores margens e fatias de mercado. No entanto, com as mudanças em sentido global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente natural e as questões sociais. Para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade devem modificar seus processos produtivos, quando for necessário, para se tornarem ecologicamente sustentáveis. Isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos e mesmo estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da performance ambiental dos

consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002). A autora apresenta um modelo de sustentabilidade a ser aplicado pelas empresas (Figura 1).

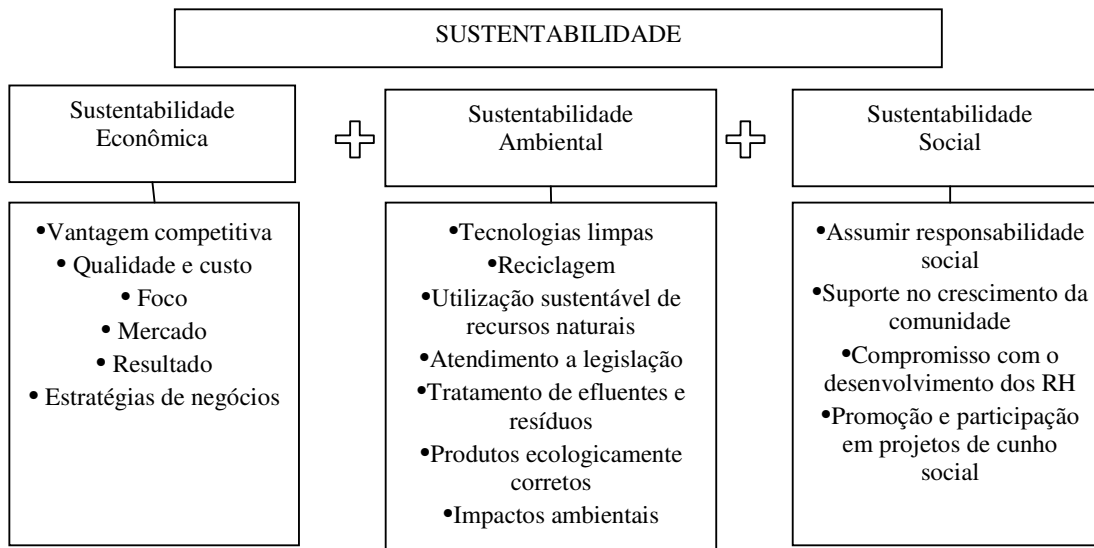


Figura 1. Modelo de sustentabilidade empresarial (CORAL, 2002, p. 129)

O conceito do tripé da sustentabilidade tornou-se amplamente conhecido entre as empresas e os pesquisadores, sendo uma ferramenta conceitual útil para interpretar as interações extra-empresariais e especialmente para ilustrar a importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla, além de uma mera sustentabilidade econômica. É importante salientar que dentro dos princípios de sustentabilidade, não se podem separar as questões sociais das questões ambientais. Por isso, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também estará atuando de forma socialmente responsável, de forma a atender os interesses de todos os *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas atividades.

4. METODOLOGIA

Adotou-se a abordagem qualitativa, com a realização da pesquisa documental, que incluiu uma parte de natureza teórica – que gerou a consolidação do referencial conceitual adotado – e outra parte factual, que consistiu na busca por informações históricas e descritivas, privilegiando o uso do método exploratório e descritivo. Os documentos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa documental é considerada uma forma interessante da abordagem qualitativa consiste no estudo de documentos e sua interpretação, entendida a palavra “documentos” de forma ampla: materiais escritos (artigos, jornais, obras científicas e técnicas, relatórios), estatísticas e elementos iconográficos. A pesquisa documental é também apropriada quando se busca identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno (GODOY, 1995).

De acordo com Yin (2001) o estudo de caso é um método potencial de pesquisa quando se deseja entender um fenômeno social complexo. O poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências. O foco temporal é outro elemento decisivo para a escolha do método. Ele destaca o método de caso como o mais adequado ao estudo de eventos contemporâneos.

A coleta de dados se deu, primeiramente, através da obtenção de informações por meio de pesquisas na internet, feitas nos *sites* da empresa Souza Cruz, do Instituto Souza Cruz, da AFUBRA, do SINDIFUMO, e artigos científicos. Em seguida foram solicitadas informações diretamente com a Souza Cruz e com o Instituto Souza Cruz para confirmação de alguns dados e para solicitação de documentos para compor os resultados da pesquisa.

Utilizou-se o método de análise de conteúdo de Bardin (1977), a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens, tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo. As fases da análise de conteúdo são: pré-análise, exploração de material, e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Procura-se destacar neste trabalho as variáveis que enfocam a produção e os programas sociais e ambientais. Enfatiza-se a contextualização da agroindústria fumageira: Souza Cruz, com destaque para sua representatividade no Brasil; localização da produção e beneficiamento e descrição dos projetos que envolvem atividades que geram sustentabilidade.

5. FUMICULTURA – CARACTERÍSTICAS E RELEVÂNCIA

O fumo é produzido comercialmente em alguns estados do Nordeste, principalmente Bahia, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco. No entanto, a região tem a participação de apenas 4%, aproximadamente, na produção nacional de tabaco. A maior produção de tabaco brasileiro se concentra nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), tal como comprova a tabela 1.

Tabela 1. Produção de fumo por região (safra 2004/2005)

| Região | Famílias produtoras | | Hectares plantados | | Produção (tonelada) | |
|----------|---------------------|--------|--------------------|--------|---------------------|--------|
| Sul | 198.040 | 84,32% | 439.220 | 92,74% | 842.990 | 96,20% |
| Nordeste | 36.830 | 15,68% | 34.360 | 7,26% | 33.340 | 3,80% |
| Total | 234.870 | 100% | 473.580 | 100% | 876.330 | 100% |

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

A região Sul do país se destaca como a principal produtora de fumo, a safra 2004/2005 apresentou 198.040 famílias produtoras; 439.220 hectares plantados e uma produção de 842.990 toneladas de tabaco. A tabela 2 apresenta a evolução destes números demonstrando o crescimento do número de famílias produtoras e de hectares plantados. A produção teve uma pequena redução (menos de 1%).

Tabela 2. Evolução da produção de fumo – Região Sul (safra 2004/2005)

| Safra | Famílias produtoras | Hectares plantados | Produção (tonelada) |
|--------|---------------------|--------------------|---------------------|
| 79/80 | 94.840 | 171.080 | 286.090 |
| 89/90 | 127.400 | 201.940 | 367.980 |
| 99/00 | 134.850 | 257.660 | 539.040 |
| 01/02 | 153.130 | 304.510 | 635.110 |
| 02/03 | 170.830 | 353.810 | 600.540 |
| 03/04 | 190.270 | 411.290 | 851.060 |
| 04/05 | 198.040 | 439.220 | 842.990 |
| Var. % | 109 | 157 | 195 |

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

O sistema integrado aliado a avanços tecnológicos, são fatores que contribuíram para a expansão do setor. No período, a área plantada por família cresceu 20%. Já a produção por família teve um incremento de 48%, reflexo da produtividade que aumentou 24%.

Das 198.040 famílias produtoras cerca de 63% das famílias têm entre 0 e 20 hectares plantados. Mais de 39 mil famílias, cerca de 20%, não possuem terra e trabalham em regime de parceria com o proprietário da terra. Quase 17%, apenas, dos produtores possuem mais de 21 hectares plantados. Ao todo, há 158.390 famílias que são proprietárias de terras (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição fundiária – Região Sul (safra 2004/2005)

| Hectares | Famílias | % |
|------------|----------|---------|
| 0 | 39.650 | 20,02% |
| De 0 a 10 | 72.848 | 36,78% |
| De 11 a 20 | 52.816 | 26,67% |
| De 21 a 30 | 21.146 | 10,68% |
| Mais de 30 | 11.580 | 5,85% |
| Total | 198.040 | 100,00% |

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

A fumicultura é uma cultura situada em grande parte em regiões de topografia acidentada, o que dificulta a mecanização. A fumicultura no Sul do Brasil absorve maciçamente a mão-de-obra familiar.

Em média são 4,6 pessoas por família, das quais 2,9 atuam no fumo; 1,1 são crianças e estudantes e portando não trabalham e 0,6 se está envolvida em outras atividades. Garantindo assim emprego para 574 mil pessoas da família e gera mais de 257 mil empregos sazonais na contratação de mão-de-obra, principalmente durante a colheita, ocupa, assim, cerca de 831 mil pessoas. Por conta disto o plantio de tabaco é considerado um dos principais fatores de redução do êxodo rural nas comunidades onde tal cultura se faz presente (AFUBRA, 2005).

A fumicultura nos estados da região Sul apresentam bons resultados comparando as safras 2003/2004 e 2004/2005, tal como comprovado na tabela 4.

Tabela 4. Fumicultura sul-brasileira

| Especificação | Unidade | 2003/2004 | 2004/2005 |
|--------------------------|---------|-----------|-----------|
| Municípios produtores | un. | 759 | 787 |
| Número de propriedades | un. | 152.650 | 158.390 |
| Famílias produtoras | un. | 190.270 | 198.040 |
| Pessoas ocupadas | un. | 799.140 | 831.770 |
| Número de estufas | un. | 167.090 | 185.810 |
| Área das propriedades | ha. | 2.635.250 | 2.672.550 |
| Cobertura florestal | ha. | 713.380 | 711.100 |
| Área com outras culturas | ha. | 1.510.580 | 1.522.230 |
| Áreas com fumo | ha. | 411.290 | 439.220 |
| Toneladas produzidas | ton. | 851.060 | 842.990 |
| Preço médio do fumo | R\$/kg | 4,24 | 4,33 |
| Produtividade/fumo | Kg/ha. | 2.069 | 1.919 |
| Tamanho das propriedades | ha. | 17,3 | 16,9 |
| Renda per capita | R\$ | 6.768,00 | 6.821,00 |

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

Sem o fumo, a área por este ocupada, seria destinada a outras culturas/atividades e geraria uma renda não superior a 506 milhões de reais. (3,1 bilhões de reais inferior à obtida com fumo).

É importante ressaltar que o tamanho das propriedades, 16.900 hectares, produzem também outras culturas. A maioria das famílias não pratica a monocultura do fumo, apesar de ter a disposição 2.672.550 nem toda área é destinada à produção de tabaco (Tabela 5). As novidades tecnológicas utilizadas na lavoura fumageira são também aplicadas na diversificação de culturas e no planejamento da pequena propriedade rural.

Tabela 5. Propriedade rural (safra 2004/2005)

| Cultura | Hectares plantados | Produção (kg) | Valor (R\$) |
|--------------------------------|--------------------|---------------|-------------|
| Fumo | 2.773 | 5.322 | 23.044 |
| Diversas | 4.990 | 11.813 | 4.801 |
| Pastagens | 3.720 | | |
| Florestas | 3.393 | | |
| Açudes/área de descanso | 2.024 | | |
| Total | 16.900 | 17.135 | 27.845 |
| Criações | Cabeças (unidade) | Produção (kg) | Valor (R\$) |
| Aves, bovinos, suínos e peixes | 453 | 6.143 | 6.270 |
| Total Geral | | 23.278 | 34.115 |

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

O fumicultor tem no fumo a sua principal fonte de renda. As demais culturas/atividades são desenvolvidas, basicamente para subsistência comercializando apenas os excedentes (1/3 do total) que lhe garantem uma receita extra equivalente a 17% da obtida com fumo. O Sindicado da Indústria do Fumo - Sindifumo destaca os números referentes aos Estados Sulistas. O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de tabaco com um pouco mais de 50% na produção de tabaco.

Tabela 6. Performance nos Estados Sulistas (safra 2004/2005)

| Estado | Produtores | Área (ha) | Produção (ton) |
|-------------------|------------|-----------|----------------|
| Rio Grande do Sul | 50,49% | 49,86% | 50,24% |
| Santa Catarina | 31,06% | 32,91% | 33,22% |
| Paraná | 18,45% | 17,23% | 16,53% |

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

Algumas localidades dos Estados Sulistas comemoram a safra com festividades especiais, diretamente identificadas com o fumo; Corrêa *et al* (2005), destacam algumas destas no estado do Rio Grande do Sul: a Prefeitura de Vale Verde promove a Fest Fumo; em Agudo há uma ação conjunta da Prefeitura com a Associação da Indústria, Comércio e Serviço para os festejos; a Prefeitura e as entidades de Venâncio Aires, maior produtor de fumo no País, também promovem a integração da comunidade com a organização de festas e eventos que colocam o tabaco em evidência.

6. AGROINDÚSTRIA TABAQUEIRA: SOUZA CRUZ

O mercado de cigarros no Brasil é dominado pela empresa Souza Cruz, que é uma subsidiária da *British American Tobacco* (BAT). Relativamente pouco tem sido publicado

nacional e internacionalmente sobre as iniciativas sociais e ambientais desta indústria fumageira no país (CORRÊA, 2005). A empresa Souza Cruz detém mais de 75% do mercado legal brasileiro (CORRÊA *et al*, 2005).

O grupo Souza Cruz é um dos maiores do País, a relevância do grupo aparece sobremaneira em sua expressiva participação tributária, tornando o Brasil uma espécie de sócio da Souza Cruz, ao mesmo tempo em que esta passa a dispor de enorme poder. Trata-se de um grupo poderoso que dotado de recursos financeiros injetados do exterior estabeleceu progressivamente um amplo e complexo espaço de atuação que envolve desde áreas rurais especializadas na fumicultura, com numerosos centros de comercialização e beneficiamento do fumo, centros dotados de unidades fabris produtoras de cigarros e uma ampla rede de distribuição. O grupo ainda possui outras empresas dedicadas à produção de bens e serviços que atendem demandas da indústria cigarreira, situada no centro do grupo. Trata-se, portanto, de um amplo conglomerado industrial dotado de integração e de atuação em âmbito nacional (CORRÊA, 1991).

O autor afirma ainda que a divisão territorial do trabalho manifesta-se através das múltiplas localizações e interações entre as diferentes unidades do grupo Souza Cruz, tais localizações e interações definem o espaço de atuação do grupo. Historicamente a divisão do territorial do trabalho resulta dos processos de concentração horizontal e vertical, geradores de localizações específicas articuladas através de um centro de decisões. A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro de decisões, e possui ainda funções de centro de concepção e criação de marcas de cigarros; é ainda fornecedor de grande parte da embalagem de cigarros para as outras fábricas. As cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre constituem centros de produção, consumo e distribuição de cigarros, a cidade de Curitiba cumpre apenas esta última função. Outras cidades menores dotadas de centralidade localizam-se depósitos atacadistas. As cidades do Rio Grande do Sul: Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Lajeado são centros vinculados ao beneficiamento de fumo, fornecendo matéria-prima para as fábricas de cigarros. O território catarinense é incorporado ao espaço da Souza Cruz através da implantação de novas unidades de beneficiamento de fumo localizadas no vale do Itajaí no sul do estado, em Blumenau, Brusque e Tubarão. Há ainda produção de fumo no oeste paranaense, na região de Toledo.

| Etapas e agentes do processo produtivo | Produção de Fumo em Folha | | Beneficiamento e Industrialização | | Distribuição | | | Consumo |
|--|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|---------------------|--|-----------|------------|
| | Unidades de assistência e orientação | Produtor rural | Usina de beneficiamento | Fábrica de cigarros | Própria | Independente | | Consumidor |
| | | | | | Depósito atacadista | Atacadista | Varejista | |
| | ● | ◆ | ● | ● | ● | ◆ | ◆ | ◆ |
| | Zonas de Produção | | | Centros de muito alta centralidade | Capitais regionais | Lugares centrais intra-urbanos e regionais | Ubíquo | → |
| Localização | Lugares centrais | Áreas rurais especializadas | Lugares centrais | | | | | |

Observações: ● unidades da empresa ◆ unidades independentes

Figura 2. Processo Produtivo da Souza Cruz (adaptado de CORRÊA, 1991, p. 43)

Na figura 2 percebe-se que a localização dispersa das fábricas de cigarros implica em fluxos de distâncias médias, às vezes longas, entre as próprias fábricas e os depósitos

atacadistas disseminados por todo o território brasileiro. Dos depósitos derivam fluxos à curta distância, são freqüentes geralmente quinzenais ou mesmo semanais, e milhares de varejistas distribuídos ubiquamente.

O Instituto Souza Cruz foi criado e é mantido pela agroindústria tabaqueira Souza Cruz, e tem como função desenvolver projetos em diversas áreas:

Jornada Escolar Ampliada (12 municípios de PE, SC, RS e PR): o objetivo é utilizar a educação como instrumento de erradicação do trabalho infantil nas pequenas propriedades rurais. Para isso, há um trabalho na melhoria do ensino e na criação de alternativas de ocupação e entretenimento para as crianças com aulas de música, dança, teatro, informática e educação ambiental.

O Futuro é Agora (SC, RS, PR e PB): a Souza Cruz é uma das empresas que aderiram a um programa do Sindicato das Indústrias de Fumo (Sindifumo), Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) e a Fundação Abrinq para a erradicação do trabalho infantil nas lavouras de fumo e a regularização do trabalho adolescente em cerca de 45.000 pequenas propriedades rurais. As empresas dão apoio às escolas rurais para garantir o acesso e a permanência das crianças e oferecem capacitação técnica aos jovens.

CEDEJOR (Rio Pardo-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Lauro Muller-SC e Irati-PR): o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR – beneficia jovens de comunidades rurais nas quais predomina a agricultura familiar. Filhos de pequenos e médio agricultores ou de trabalhadores podem completar sua formação escolar com ensino voltado para as necessidades da área rural.

Cuidar (Municípios de SP, MG, CE, RS, e ES): introduz a educação em relação a valores éticos em classes do ensino fundamental e no ensino médio. Os conhecimentos chegam à escola como tema transversal ao currículo, abrangendo áreas como ética, cidadania, sexualidade, meio ambiente e saúde. Já foram beneficiados cerca de 90.000 alunos.

Educar (Municípios de MG, RS, SC e PR): por meio de uma parceria com o Programa de Educação de Jovens e Adultos e com comunidades do SESI, garante acesso e a conclusão do ensino fundamental e médio de seus empregados fixos e sazonais. Funcionários que deixam a empresa podem continuar os estudos.

Varejo Socialmente Responsável (Todo o país): criado em 2000, tem como missão sensibilizar os pequenos varejistas para a necessidade de assumir uma postura socialmente responsável, que demonstre seu compromisso com a comunidade. Foram realizados fóruns setoriais e regionais coordenados pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo-SP. Tem parceria com o Instituto Ethos.

Centro de Integração e Cidadania da Mulher Rural (Teresópolis-RS e Nova Friburgo-RS): construção de uma unidade de processamento de legumes e hortaliças para evitar a evasão rural feminina e aumentar a geração de renda para as famílias que vivem do campo. O centro terá uma pequena indústria, equipada com loja para a venda dos produtos e com restaurante-escola, que ajudará a garantir a sustentabilidade do projeto.

Plante Milho e Feijão após a Colheita do Fumo (200 cidades Região Sul): criado há dez anos, orienta 70.000 produtores rurais sobre o uso racional do solo aproveitando a adubação residual do fumo para o plantio de outras culturas, como milho e feijão. A iniciativa melhora a qualidade da terra, gera renda para o produtor e melhora a alimentação no campo.

Clube da Árvore (647 cidades do país): escolas, entidades assistenciais e associações de bairro integram o Clube da Árvore, disseminando conceitos de preservação ambiental. Cada clube recebe material pedagógico e kits com sementes e mudas, trabalho que, em 21

anos de existência, resultou no plantio de mais de 12 milhões de árvores nativas, exóticas, ornamentais e frutíferas. Quase 1.900 clubes estão em atividade com 77.000 participantes.

Hortas Escolares (MG, SC, RS e PR): além de ensinar e estimular estudantes a produzir hortaliças, transmite a importância de preservar o meio ambiente, o valor nutritivo dos alimentos e noções de higiene e saúde. O Instituto Souza Cruz fornece às escolas material didático, um manual do professor e 12 tipos de sementes de hortaliças. São beneficiadas mais de 3.280 escolas, cerca de 129.000 alunos da zona rural.

Parque Ambiental Souza Cruz (Santa Cruz do Sul-RS): inaugurada em 2003, a área, com quase 100 hectares já recebeu mais de 2.000 visitantes entre alunos de escolas públicas e privadas e universitários de biologia, nutrição, arquitetura e paisagismo. O espaço abriga mais de 5.000 árvores e cerca de 650 espécies botânicas.

Reflorestar (Região Sul): como a lenha é o insumo mais econômico para a secagem do fumo, o objetivo principal é de tornar os 45.000 produtores de fumo da Região Sul auto-suficientes em energia, com a eliminação completa do uso de madeira nativa. Para isso, é realizada uma ampla campanha, com suporte de rádio, cartazes, audiovisuais, folhetos, revistas especializadas, seminários e reuniões em grupos. Cerca de 10,2% das propriedades rurais já adotaram o reflorestamento.

Novas Perspectivas para Terceira Idade (Santa Cruz do Sul-RS): o apoio do Instituto Souza Cruz garantiu a melhoria da qualidade de vida para 77 idosos atendidos pela Sociedade de Auxílio aos Necessitados e permitiu o aumento de oito vagas para a ala masculina. O projeto, com a ajuda de voluntários, possibilitou a reforma das instalações, a aquisição de novas camas, a construção de uma sala de fisioterapia e a criação de uma área externa de lazer.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se estuda a sustentabilidade têm-se dois pontos de vista, o público (promovendo desenvolvimento sustentável) e o privado (promovendo a sustentabilidade empresarial através de ações sócio-ambientais). São duas visões que se complementam para o desenvolvimento. Neste artigo escolheu-se a visão de sustentabilidade empresarial a partir da produção fumageira na Região Sul do país até a agroindústria tabaqueira, a Souza Cruz e as suas relações com outros agentes econômicos (produtores rurais, consumidores e varejistas).

A sustentabilidade empresarial está muito ligada aos resultados organizacionais, no qual os indicadores são voltados para ações internas promovendo melhorias de processos, redução de impactos ambientais, ações sociais e buscando maiores margens de lucro. Uma vez que se analisa a produção, a logística e os programas desenvolvidos por uma organização, enfoca-se o ambiente externo, os beneficiados pelos programas e pelas as ações da organização, que foi o intuito deste artigo. Levou-se em consideração que o ambiente externo é o que mais precisa de ações voltadas para a sustentabilidade.

A produção de fumo brasileira se concentra na Região Sul do país, caracterizada como uma produção familiar, e tem apresentado índices crescentes de municípios produtores, número de propriedades, famílias produtoras, pessoas ocupadas e número de estufas. A Souza Cruz é a empresa que processa o fumo e fabrica os cigarros, relaciona-se diretamente com os produtores rurais, e possui um sistema de logística para a entrega dos produtos ao atacado e varejo.

A Souza Cruz administra o Instituto Souza Cruz que possui uma série de programas sócio-ambientais. Os programas envolvem as três dimensões da sustentabilidade (*triple-bottom line*), a seguir algumas especificações:

Dimensão Ambiental

Programas: Clube da Árvore; Hortas Escolares; Parque Ambiental Souza Cruz e Reflorestar. Tais programas desenvolvem a Educação Ambiental; Reflorestamento; Reserva ambiental e a Biodiversidade. Indiretamente a organização se preocupa com as emissões, efluentes e resíduos que possam vir a causar poluição; está envolvida com a conformidade ambiental, procurando seguir a legislação vigente. Desta forma a empresa desenvolve a educação ambiental envolvendo jovens e adolescentes e mantém uma reserva ambiental.

Dimensão Econômica

Programas: Centro de Integração e Cidadania da Mulher Rural e Plante Milho e Feijão após a Colheita do Fumo. Os programas visam gerar renda para os produtores rurais orientando-os para maior produtividade, incentivando a diversidade cultural no processo produtivo e integrando a família na produção. Aumenta-se a produtividade do produtor rural, aumenta-se a receita da empresa e os tributos pagos, e ainda, pode vir a aumentar as exportações, quiçá. Desenvolve economicamente os produtores rurais, integrando a mulher no processo produtivo, incentivando a diversificação de culturas para o fortalecimento do solo.

Dimensão Social

Programas: Jornada Escolar Ampliada, Futuro é Agora, CEDEJOR, Cuidar, Educar, Varejo Socialmente Responsável, Novas Perspectivas para Terceira Idade. Os programas envolvem jovens, adolescentes e terceira idade, disseminando cidadania, inclusão social, educação e cultura. A empresa precisa ser referência para os programas para tanto investe em diversidade cultural, responsabilidade social, treinamento e cumpre as práticas trabalhistas. Um dos pontos principais dos programas sociais é o desenvolvimento da comunidade local voltada para jovens e adolescentes visando a sucessão rural, a continuidade da produção no campo.

Em síntese os programas visam à preservação da identidade local com articulações adequadas à realidade local; fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; relacionamento social; “enraizamento” local; forças econômicas, políticas e culturais, mutuamente relacionadas e desenvolvimento rural. Desta forma a Souza Cruz busca promover a sustentabilidade empresarial, desenvolvendo o público externo (comunidades, produtores, sociedade, meio ambiente), visando se desenvolver internamente em um segundo plano. A sustentabilidade empresarial promove o desenvolvimento social e ambiental da comunidade próxima da organização.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. 2005.

ALTENFELDER, R. Desenvolvimento sustentável. *Gazeta Mercantil*. 06 maio 2004, A3.

ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/art_ciencia_e_ambiente.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2005.

BARDIN, L. História e teoria. In: *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. O desafio do desenvolvimento sustentável. CIMA – Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Presidente Fernando Collor), Brasília: Cima, 1991

CARVALHO, O.; VIANA, O. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 29, n. 2, abr./jun. 1998.

CORAL, E. Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

CORRÊA, P. C. R. P. As estratégias do marketing de “Responsabilidade Social” da Souza Cruz no Brasil: descrição e análise. Disponível em: <www.tabacozero.net/uploads/160_Estrategias_SouzaCruz.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

CORRÊA, R. L. A. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 33-66, jul./set. 1991.

CORRÊA, S. Et al. Anuário Brasileiro do Fumo 2005. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2005.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v. 35, n. 3, mai./jun, 1995.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Disponível em: <www.institutosouzacruz.org.br>. Acesso em: 15 março 2004.

MININNI-MEDINA, N. Documentos Nacionais de Educação Ambiental. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. Educação Ambiental (Curso básico à distância) Documentos e Legislação da Educação Ambiental. 2. ed, v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

PHILIPPI, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. Educação Ambiental (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. ed, v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. Instituto de Economia – Textos para Discussão, Texto 68, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/t68.html>>. Acesso 20 maio 2005.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

SOUZA CRUZ. Disponível em: <www.souzacruz.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.^a ed., Porto Alegre: Bookman, 2005